



ATA CSDP Nº 11, DE 17 DE JUNHO DE 2008.

ATA DA 05ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EXERCÍCIO 2008.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às 09 horas e 57 minutos, com atraso de 57 minutos, na sala do Conselho Superior da Defensoria Pública, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Várlen Vidal, Defensor Público-Geral em exercício, Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral, Glauco David de Oliveira Sousa, Marta Juliana Marques Rosado Ferraz, Belmar Azze Ramos, Maria Auxiliadora Viana Pinto, Marlene Oliveira Nery, Ana Cláudia da Silva Alexandre, Wanderley Andrade Filho e Andréa Tonet. Assim, instalou-se esta sessão extraordinária com o *quorum* de 10 (dez) membros. -----

Primeiramente o Presidente do Conselho passou as atas das sessões anteriores para assinatura. O conselheiro Glauco solicitou a revisão das atas antes da assinatura. -----

Invertendo a pauta, passou-se para a discussão de assuntos gerais. O Presidente apresentou as mudanças no conselho: instalação de telefone (ramal 9560), já foi solicitado servidor para trabalhar junto ao conselho, sistema de som para a sala do Conselho Superior. Informou que a conselheira Marta Rosado tem encontrado dificuldades para realizar os trabalhos do Conselho Superior, tendo em vista a demanda que é crescente e a falta de infra-estrutura para realização dos trabalhos. Pediu aos conselheiros que se dispusessem a ajudar um pouco mais até a chegada do servidor: conferindo as atas, recebendo e devolvendo com mais agilidade os processos da relatoria, retornando as ligações, enfim, contribuindo mais para que os trabalhos fossem agilizados. A conselheira Marlene aproveitou o ensejo e registrou que algumas decisões do conselho estão sendo interferidas por visitantes. Apontou que as reuniões são públicas, mas que as decisões não devem ser interrompidas a toda hora por terceiros. A conselheira Marta Rosado registrou sua preocupação com a divulgação e publicidade das pautas e das atas do Conselho Superior. Disse que, de acordo com o Regimento Interno do Conselho Superior, incumbe à Secretaria do Conselho providenciar a publicidade das votações e deliberações, mas que isso nunca foi feito pelos Conselhos anteriores. Registrou a importância dos princípios da publicidade e impessoalidade que devem orientar os trabalhos do Conselho, até para se evitar que o Conselho Superior seja usado para outros fins. Mostrou que em outras Defensorias Públicas já existem avanços em termos de publicidade e citou o site da Defensoria Pública de São Paulo onde existe um link para o Conselho Superior. Solicitou a ajuda da Assessoria de Comunicação para disponibilizar um link junto ao site da Defensoria Pública de Minas Gerais para o Conselho Superior. A conselheira também comunicou aos demais conselheiros que está sendo providenciado agenda com conselhos superiores de outros órgãos para visita, a fim de que se possa ter outras referências de Conselho Superior até se formar um Conselho com identidade própria. O Conselheiro Corregedor Marcelo Tadeu manifestou interesse em visitar outros



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

conselhos. Dando continuidade, o Presidente passou para a discussão do Procedimento 001/2008, referente ao defensor Luiz Fernando Laurino, onde o mesmo arrolou 10 testemunhas para serem ouvidas, 08 em Pará de Minas, 01 em Formiga e 01 em Belo Horizonte. ----- Registrar a chegada do conselheiro Gustavo Corgosinho às 10 horas e 14 minutos, passando para um *quorum* de 11 membros. -----

O Presidente propôs como matéria de urgência o Procedimento 001/2008 referente a impugnação de estágio probatório. Informou que a defesa apresentou suas testemunhas e estas residem em outras Comarcas. Informou da sua preocupação em garantir a ampla defesa ao impugnado, sugeriu a designação de comissão sindicante para dar prosseguimento ao procedimento e que esta Comissão teria por finalidade se dirigir às Comarcas das testemunhas para ouvi-las. O conselheiro Marcelo Tadeu pensa que o interessado deveria adequar as testemunhas na forma legal. Sua preocupação é por se tratar de um fato grave e chamou à reflexão e ao debate. O Presidente do Conselho observou que já foram ouvidos testemunhas pela corregedoria. O corregedor explicou que foi feita uma inspeção correcional e apresentada ao conselho superior e continuou afirmando sua preocupação. O conselheiro Belmar perguntou qual a qualificação das testemunhas. O Presidente informou que têm juizes, promotores e advogados. Outros apenas têm registro de endereço e CPF. Na opinião do Presidente, designando comissão sindicante, o processo caminharia mais rápido. O conselheiro Glauco questionou o procedimento, apontando que o mesmo não tem características de procedimento administrativo disciplinar e não gostaria de prejudicar o defensor. O conselheiro Marcelo voltou a afirmar que o processo está pronto para tramitar no conselho. O conselheiro Wanderley, em sua opinião, acha que a comissão deve ir até as testemunhas e ouvi-las. O presidente sugeriu o agendamento do interrogatório do defensor logo após, ouvir as testemunhas. A conselheira Ana Cláudia informou que o Procedimento Administrativo se inicia com a oitiva das partes. Não vê nenhuma diferença com relação ao procedimento 001/2008. Para a conselheira Ana Cláudia, qualquer tipo de inovação vai gerar nulidade ao procedimento e se existe uma lei que disciplina o procedimento administrativo e ensina passo a passo deve-se aplicá-la. Disse que gostaria de ouvir o impugnado, antes de qualquer testemunha para se interar melhor de tudo e dar a ele a ampla possibilidade de defesa. O conselheiro Glauco, por questão de ordem, manifestou no sentido de que antes de qualquer pronunciamento do conselho, deve ser dado vista de todo o processado aos membros do conselho, de forma que interar de todo o seu conteúdo possa-se pronunciar adequadamente. A conselheira Ana Cláudia, voltada para o conselheiro corregedor, afirmou que o procedimento 001/2008 é um procedimento administrativo quanto ao seu grau e natureza. Neste sentido, existe norma aplicável e que deverá orientar a instrução do procedimento sendo apenas necessário definir a forma que esta instrução ocorrerá. O conselheiro Belmar apontou a questão de ordem do conselheiro Glauco como sendo o melhor a ser feito no momento. O conselheiro Corregedor sugeriu uma sessão reservada para o



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

procedimento em questão, após a análise pelos conselheiros. O presidente sugeriu a sessão para a análise para a primeira semana de julho. O conselheiro Corregedor alertou que o defensor Luiz Fernando Laurino está afastado há bastante tempo e para evitar conseqüências maiores e mais graves sugeriu o dia 23/06/2008, segunda-feira, para que o conselho enfrente o tema. Os conselheiros Belmar e Andréa manifestaram que apenas tiveram conhecimento do procedimento na presente data e precisam de maiores elementos para decidir qualquer coisa. O Presidente propôs a distribuição da cópia do procedimento aos conselheiros e agendamento de sessão para o dia 30/06/2008, em virtude de 04 conselheiros serem candidatos. O conselheiro Corregedor não acha necessário mais do que 5 dias para nova sessão para discussão do tema tratado. O conselheiro Gustavo não viu impedimento em ser candidato e ao mesmo tempo agendar sessão do conselho. Os demais conselheiros manifestaram que poderiam agendar antes do dia 30/06/2008. Após as discussões, decidiu-se pelo agendamento de sessão extraordinária, para o dia 24/06/2008, terça-feira, às 09:00 horas, tendo como pauta o procedimento 001/2008, ficando todos os conselheiros intimados para a sessão. A Conselheira Andréa também justificou que já tinha compromissos inadiáveis agendados. Todos concordaram com as justificativas. -----

Dando continuidade, o Presidente passou para o primeiro item da pauta, Procedimento nº 008/08 (revisão) - Requerente: Dr. Wellerson Eduardo da Silva Corrêa – assunto: criação da 3ª Defensoria Pública da Infância e Juventude. O Conselheiro Glauco David, relator do Procedimento nº. 008/2008, referente à criação da 3a. Defensoria Pública da Infância e Juventude, propôs que essa matéria não fosse discutida isoladamente, tendo em vista haver demandas da mesma natureza, como a regularização da Defensoria de Precatórias Criminais, suscitada pela Subdefensoria Pública Geral, e os Procedimentos nº. 014/ 2008 e nº. 015/ 2008, devendo ser tratada conjuntamente, no contexto da necessária distribuição/redistribuição da lotação ideal dos cargos de Defensor Público advinda com a Lei complementar nº. 101/2007, que os ampliou de 918 para 1.200. Nesse sentido, sugere a constituição de uma comissão para proceder a elaboração de minuta de distribuição desses cargos, que oriente a deliberação do Conselho. Embora seja da competência do DPG, considerou que as questões pontuais que exijam atenção imediata devem ser tratadas por meio de designações, até a definição das vagas que poderão ser ofertadas para remoção. Tendo em vista haver entendimento nesse sentido, o presidente sobrestou o procedimento, pensando-se os demais da mesma natureza, e remeteu a proposta de constituição da referida comissão para a próxima reunião do Conselho. -----

Por questão de ordem, o Presidente pediu a suspensão da sessão para as 14:00 horas, devido a chegada do cerimonial do governo para a inauguração da sede da Defensoria Pública. O conselheiro Belmar pediu para retomar a reunião para o dia 24/06/2008, pois não poderá comparecer às 14:00 horas devido a compromissos agendados anteriormente. A conselheira Maria Auxiliadora também manifestou que não poderá comparecer às 14:00 horas. Todos concordaram.-----



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

O Presidente, antes de ausentar-se, registrou a presença da Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo, Dra. Cristina Guelfi Gonçalves, agradecendo sua presença, dizendo ainda sentir-se honrado por ela estar aqui. -----

A Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo, Dra. Cristina Guelfi Gonçalves, agradeceu as palavras e se manifestou nos seguintes termos: “É uma honra estar aqui e prestigiar a inauguração do prédio. Estou impressionada e quero parabenizar a Defensoria Pública de Minas Gerais por esta conquista. Todos nós lutamos por melhor estrutura e confirmação de autonomia. É uma vitória para todo o Brasil. A inauguração da sede trouxe maior dignidade para o atendimento aos assistidos e melhores instalações para os defensores. É uma conquista muito grande, além disso, estou impressionada por ver que a Defensoria Pública de Minas Gerais roda sua folha de pagamento. Sei o quanto é difícil estas conquistas, aquisição de imóveis, frota de veículos. Para mim é motivo de orgulho estar aqui. Nossa luta é conjunta. Sem dúvida nenhuma vocês deram um grande passo. Devemos estar sempre fortalecidos para esta luta. Parabéns!”. ---

O presidente precisou ausentar-se assumindo a Presidência do Conselho o Corregedor-Geral. ---
O conselheiro Glauco agradeceu a presença da Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo. Elogiou seu mandato como defensora pública-geral e como Presidente do Condege. Afirmou que sua leitura é sensata e correta, voltada para o âmbito nacional. “Tenho certeza que isso aqui vai ser muito bem examinado por outras defensorias. É um exemplo vantajoso para todos. É importante o olhar de fora e que às vezes nos permite ver o óbvio que sozinhos não conseguimos fazer.” O conselheiro corregedor agradeceu a manifestação do conselheiro Glauco e da Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo que muito honrou sua presença. Suspendeu a sessão, pois recebeu um recado avisando que o Vice-Governador havia chegado para a inauguração da sede da Defensoria Pública de Minas Gerais, ficando assim a retomada dos trabalhos após a solenidade de inauguração. Sessão suspensa às 11 horas e 20 minutos. -----

Às 14 horas e 38 minutos a conselheira Maria Auxiliadora compareceu a sala do conselho, mas como não havia começado a sessão e tendo em vista o horário, compromissos agendados, processos com término de prazo e conforme avisado anteriormente, não pôde ficar e pediu para avisar ao Presidente do Conselho e pede para constar em ata-----

Às 15 horas e 45 minutos retomaram os trabalhos da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Superior registrando-se a presença dos Exmos. Senhores Conselheiros: Marcelo Tadeu de Oliveira, Glauco David de Oliveira Sousa, Marlene Oliveira Nery, Gustavo Corgosinho, Marta Juliana Marques Rosado Ferraz, Wanderley Andrade e Ana Cláudia da Silva Alexandre, instalando-se a sessão com um **quorum** de 7 (sete) membros. -----

O Conselheiro Corregedor presidiu a reunião, pois o Presidente do Conselho precisou ausentar-se. Dando seguimento aos itens da pauta. Ficou deliberado que será ponto de pauta para a próxima sessão do conselho o procedimento 001/2008, o Procedimento nº 14/08 e 15/2008 (Distribuição) - Requerentes: Dras. Nádia de Souza Campos e Ana Carolina Vieira Gonçalves



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

respectivamente – assunto: criação de cargos nas Varas Criminais e nos Juizados Especiais Criminais e o procedimento nº 008/08. Os demais pontos da pauta de hoje serão enfrentados nesta sentada. Sorteio do Procedimento nº 12/2008 - Requerente: Dr. Dimas Tameirão dos Santos – assunto: recurso administrativo, contagem de férias-prêmio para efeito de direitos: Relator o conselheiro Belmar e revisor o conselheiro Marcelo Tadeu. -----

Sorteio do Procedimento nº **16/2008** – Dra. Larissa de Oliveira Dias – assunto: pedido de padronização de procedimentos criminais: Relator o conselheiro Wanderley Andrade Filho e revisora a conselheira Andréa Tonet. -----

Sorteio do Procedimento nº **17/2008** – Corregedoria – Geral da DPMG – pedido de encaminhamento de expediente ao Conselho Nacional de Justiça: Relator o conselheiro Gustavo Corgosinho e revisora a conselheira Wanderley Andrade Filho. -----

Sorteio do Procedimento Administrativo nº **18/2008** – Dr. Marco Paulo Denucci Spirito – assunto: sugestão para modificar o artigo 3º da Deliberação nº 011/2005 do Conselho Superior: Relatora: conselheira Marta Juliana e revisor o conselheiro Belmar. -----

Sorteio do Procedimento Administrativo nº **19/2008** – Dr. Paulo Henrique Novelino – padronização de procedimentos criminais: relatora a conselheira Andréa Tonet e revisora a conselheira Maria Auxiliadora. -----

Sorteio da Distribuição do Procedimento nº 13/2008 e 20/2008 - Requerentes: Drs. Geralda de Lourdes Miranda e Maíza Rodrigues da Silva respectivamente – assunto: pedido de enquadramento na carreira nos termos do art. 22 do ADCT. O conselheiro Gustavo se habilitou a ser o relator do procedimento, tendo como revisor o conselheiro Wanderley Andrade. -----

Dando continuidade, o Presidente informou que existem três procedimentos que não estão em pauta, mas que poderiam ser incluídos para dar maior celeridade aos trabalhos, caso todos concordem. Trata-se dos procedimentos nº 023/2008 e nº 024/2008 cujo conteúdo é o mesmo que se refere a outro procedimento, onde o requerente é a ADEP e o assunto é pagamento das vantagens pessoais, que tem como relator o conselheiro Gustavo Corgosinho. Como já existe outro procedimento com o mesmo tema e havendo prevenção, sugeriu que fossem distribuídos ao Conselheiro Gustavo, todos concordaram. O terceiro procedimento refere-se ao nº 22/2008, que trata de postura institucional dos defensores públicos nos processos onde a Defensoria Pública foi substituída por advogado dativo. Todos concordaram em ser incluído em pauta. Feito o sorteio, ficou como relatora a conselheira Maria Auxiliadora e revisora a conselheira Ana Cláudia. -----

Ao final o Presidente, em substituição, agendou a próxima sessão do conselho para o dia 24/06/2008, às 09:00 horas tendo como o primeiro item da pauta o Procedimento 001/2008, e o segundo item os procedimentos 008/2008 e os procedimentos 014/2008 e 015/2008, ficando todos os conselheiros convocadas para a sessão. -----



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSELHO SUPERIOR

Antes de encerrar a sessão, o Presidente da ADEP, Dr. Eduardo Cyrino, manifestou-se nos seguintes termos: “A inauguração da sede da DPMG foi um marco histórico na melhoria das condições de trabalho dos defensores públicos e que continue agora a estruturar o interior para que num futuro bem próximo todas as comarcas onde exista um defensor público trabalhando tenha condições dignas de trabalho”. -----

Nada mais havendo, o Senhor Presidente agradeceu a todos e encerrou a sessão às 16 horas e 27 minutos, lavrando-se a ata que segue assinada pelos Srs. conselheiros. Belo Horizonte, 17 de junho de 2008. -----

Várlen Vidal

Marcelo Tadeu de Oliveira

Glauco David de Oliveira Sousa

Marlene Oliveira Nery

Gustavo Corgozinho Alves de Meira

Wanderley Andrade Filho

Andréa Abritta Garzon Tonet

Maria Auxiliadora Viana Pinto

Ana Cláudia da Silva Alexandre

Marta Juliana Marques Rosado Ferraz

Belmar Azze Ramos